

Desenvolvimento alternativo e renovação das sociedades camponesas no sul global do século XXI

Alternative development and renewal of peasant societies in the global south in the 21st century

DOI: 10.23925/1806-9029.3711(67)71871

Autor: Rémy Herrera. Pesquisador do CNRS (UMR 8174 - Centro de Economia da Sorbonne da Universidade de Paris I. E-mail: herrera1@univ-paris1.fr. Orcid: 0000-0003-4444-6736. Lau Kin Chi. Professora do Departamento de Estudos Culturais da Universidade Lingnan em Hong Kong (China). E-mail: laukc@ln.edu.hk. Orcid: 0000-0002-6065-7341

Resumo

Este artigo apresenta os principais avanços produzidos pelos colaboradores de uma obra coletiva que os dois autores destas linhas coordenaram e dedicaram às lutas dos camponeses do mundo pelo acesso à terra e à soberania alimentar. Com base em uma estrutura teórica e histórica comum de análise, as análises são feitas por continente ou grande país do Sul Global: América Latina, África, China, Índia, Oceania. A situação na Europa também é examinada. A partir dos ensinamentos derivados dessas análises, é discutido o papel do capital financeiro na manutenção e piora da situação camponesa e, ao final, são apresentados eixos de um programa unificador da luta desses camponeses, ao mesmo tempo que suas articulações com as lutas de outros trabalhadores e com aquelas em defesa da proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: Agricultura. Políticas Agrícolas. Campesinato. Terra. Soberania Alimentar. Meio Ambiente.

Abstract

This article presents the main advances produced by the contributors to a collective work that the two authors of these lines coordinated and dedicated to the struggles of peasants in the world for access to land and food sovereignty. From a common theoretical and historical framework of analysis, the arguments are organized by continent or large country of the Global South: Latin America, Africa, China, India, and Oceania. The situation in Europe is also examined. The axes of a unifying program for these peasants are discussed, at the same time as their articulations with the struggles of other workers and those for the protection of the environment.

Keywords: Agriculture. Agricultural Policies. Peasantry. Land. Food Sovereignty. Environment.

JEL: N5, O13, P32, Q18, Q24, Q57.

Introdução

As crises alimentares recorrentes, com consequências catastróficas para os povos de muitos países do Sul Global, especialmente na África, bem como as rebeliões populares que delas resultam ou que têm a suas fontes na luta contra as catástrofes ambientais, constituem duas das múltiplas dimensões da atual crise do sistema mundial capitalista. Entre outros aspectos preocupantes, nomeadamente de natureza socioeconómica, política, ideológica, energética ou climática, as dimensões alimentar e agrícola dessa crise sistêmica revelam o fracasso total e as disfunções muito profundas que caracterizam o “modelo” agrícola imposto na escala mundial pelo capital financeiro e pelas corporações transnacionais do setor agroalimentar desde o início da chamada era neoliberal no final da década de 1970, bem como a implementação de programas de ajuste estrutural no Sul global e políticas de austeridade no Norte. Há mais de quatro décadas e meia, os camponeses em todo o mundo vêm sofrendo uma intensificação dos ataques do capital às suas terras, recursos naturais e meios de produção. Mas esses ataques também corroem a soberania nacional e o papel do Estado, destroem indivíduos, famílias e comunidades, devastam o meio ambiente e ameaçam a vida de um grande número de seres humanos no planeta.

As disfunções que afetam os setores agrícolas podem aqui ser compreendidas através da identificação de uma série de paradoxos marcantes. De fato, quase três bilhões de pessoas na Terra ainda sofrem ainda hoje de fome (um terço) ou de desnutrição (dois terços), enquanto a produção agrícola excede em muito as necessidades alimentares, com uma superprodução efetiva de pelo menos 150%. Além disso, a grande maioria dessas pessoas são camponeses ou vivem em áreas rurais: três quartos das pessoas que sofrem de subnutrição estão no campo. Ao mesmo tempo, a expansão das áreas cultivadas no mundo é acompanhada por uma diminuição significativa das populações camponesas em comparação às populações que vivem nas cidades, que absorvem um êxodo rural massivo e persistente, principalmente em favelas superlotadas e miseráveis das megacidades. Adicionado a isso, uma proporção crescente de terras é cultivada por corporações transnacionais, que não direcionam sua produção agrícola para o consumo de alimentos, mas sim para oportunidades industriais ou fontes de energia (por exemplo, agrocombustíveis). Na maioria dos países do Sul Global excluídos dos benefícios da globalização capitalista, particularmente na África Subsaariana e no Sudeste Asiático, um dinamismo relativo das exportações de produtos agrícolas provenientes de culturas comerciais de rendimento coexiste com o aumento das importações de produtos agrícolas básicos para satisfazer as necessidades alimentares. É claro, nessas condições, que as coisas precisam mudar urgentemente.

Este artigo o tenta entender como estes problemas globais essenciais se manifestam no Sul Global e no Norte. Embora existam características comuns na maneira como o capital globalizado busca lucro, as realidades no terreno são diferentes. Portanto, é muito importante que as lutas travadas em diferentes partes do mundo – que são afetadas de forma diferente, mas também compartilham certas semelhanças – adquiram uma compreensão concertada das dificuldades e favoreçam estratégias que levem em conta essas diferenças e compartilhem visões comuns para o futuro.

Para isso, são resgatados as principais análises e ensinamentos de Samir Amin, João Pedro Stedile, Sam Moyo, Wong Erebos e Sit Tsui, Utsa Patnaik, Poetra Tetoe e Rémy Herrera, que são profundos conhecedores da realidade camponesa da região que pesquisaram e mesmo têm a terra como seu objeto de luta. Primeiramente, é apresentado o quadro teórico e histórico em que se apoiam esses pesquisadores e os autores deste artigo. A seguir, depois de resumido os principais resultados das pesquisas por continente ou país, são discutidos o papel do capital financeiro na manutenção e piora da situação dos camponeses no mundo inteiro. Finalmente, o artigo é encerrado com uma reflexão sobre a necessidade da construção de um programa de luta comum entre os camponeses sem terra e/ou pobres do mundo e são apontadas suas principais diretrizes.

Quadro teórico e histórico

Para começar, é necessário um arcabouço teórico e histórico. Samir Amin (2005) propôs uma série de elementos de análise para responder às grandes questões relativas ao tipo apropriado de agricultura (capitalista, socialista ou camponesa) com o objetivo de alcançar a soberania alimentar, mas também às produções agrícolas às quais se deve dar prioridade para alcançar um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar a melhoria da oferta alimentar e a preservação do meio ambiente, bem como a reflexão a ser realizada sobre a resolução da questão agrária.

Ele analisou as evoluções na agricultura familiar e suas diferenças entre o Norte e o Sul Global. No Norte (América do Norte, Europa Ocidental), predomina uma agricultura familiar moderna e altamente produtiva, atendendo às demandas de alimentos nesses países e gerando excedentes exportáveis. Entretanto, embora integrado ao capitalismo, esse tipo de agricultura não compartilha uma das características desse sistema: sua organização do trabalho geralmente requer uma força de trabalho escassa e multifuncional. Na lógica capitalista, uma parte significativa da renda gerada pelos agricultores – incluindo por alguns proprietários de terras – é controlada e drenada pelas frações dominantes do grande capital, o que implica que sua remuneração não corresponde à sua produtividade. Assim, a agricultura familiar pode ser equiparada ao estatuto de artesão subcontratado que trabalha num sistema de “*putting-out*”¹, encontrando-se assim bloqueada entre a grande distribuição (supermercados), o agrobusiness (agronegócio ou indústrias que transformam produtos agrícolas) e as finanças (instituições bancárias dominadas por oligopólios financeiros).

No Sul Global, onde as famílias camponesas ainda representam quase metade da humanidade hoje, os tipos de sistemas agrícolas variam, com diferenças significativas de produtividade entre eles (desde microparcels (ou minifúndios) até imensas propriedades hipermecanizadas; com atividades destinadas ao autoconsumo ou, pelo contrário, para a exportação de culturas comerciais, etc.). No entanto, no seu conjunto, estas agriculturas do Sul – muitas vezes camponesas – sofrem de um diferencial de

¹ Transição entre as antigas formas de produção doméstica e as formas modernas de trabalho nas fábricas, o *putting-out* consistia num sistema em que o comerciante fornecia aos artesãos subcontratados – camponeses que gradualmente se tornavam trabalhadores – matérias-primas e ferramentas para que estes produzissem os produtos encomendados.

produtividade, importante e crescente, em comparação com o Norte. A maioria das agriculturas familiares no Sul Global continua mal equipada, pouco competitiva e voltada para alimentos de subsistência, o que explica tanto a pobreza das áreas rurais quanto sua ineficiência no fornecimento de alimentos às cidades. Ao mesmo tempo, porém, a agricultura camponesa no Sul Global está amplamente integrada ao capitalismo que domina local e mundialmente, levando consequentemente a um desvio em larga escala de seus lucros pelos segmentos superiores do capital.

A questão-chave aqui é se a agricultura no Sul Global pode ser modernizada pelo capitalismo. Amin responde negativamente e critica a noção de "segurança alimentar", segundo a qual o Sul global deveria aceitar uma especialização em produtos de renda comercial destinados à exportação para cobrir déficits alimentares. Isso leva ao desastre, como demonstrado, por exemplo, pela crise alimentar que eclodiu em 2007-2008 (colocar referência). O que é necessário é soberania alimentar, e uma das condições sine qua non desta última é o acesso à terra para todos os camponeses do mundo. Esta é a bússola que deve orientar a maioria das lutas travadas nas áreas rurais do mundo hoje.

Amin distingue entre diferentes tipos de regimes de posse de terra existentes no Sul Global, com base no status de propriedade da terra aplicado ali. O primeiro regime é aquele baseado na propriedade privada. Desde o processo de "enclosures" (ou cercamentos) no início do sistema capitalista na Europa Ocidental, este tem sido considerado a forma "moderna" de propriedade da terra pela retórica e a lógica operacional da ideologia "liberal", que faz da terra uma "commodity", uma mercadoria trocável que pode ser negociada a preço de mercado. Opondo-se a essa ideia², Amin afirma que não é sustentável inspirar-se na construção de regras da modernidade do Norte para impulsionar avanços benéficos aos povos do Sul global. Visando transformar a terra em propriedade privada, a atual reativação do processo de "enclosures" implica, portanto, uma desapropriação dos camponeses, tal como na época da colonização (Herrera, 2024). No entanto, são concebíveis outras formas de regulamentação dos direitos de uso da terra, que poderiam produzir resultados semelhantes em termos de produção, mas evitariam as destruições causadas pelo capitalismo.

O segundo sistema é a posse de terra não baseado em propriedade privada, que pode assumir formas heterogêneas e onde o acesso à terra é regulado por regras decorrentes de instituições que envolvem indivíduos, comunidades e o Estado. Entre esses dispositivos estão as regras "consuetudinárias" que tradicionalmente garantem acesso de fato à terra a todas as famílias – o que de forma alguma significa igualdade de direitos. Esses direitos de uso comunitário são limitados pelo Estado e existem hoje apenas em formas degradadas, porque são continuamente atacados pela expansão do sistema capitalista. As potências coloniais europeias frequentemente permitiam que práticas costumeiras persistissem para estabelecer seu domínio (Herrera, 2023). O mesmo fenômeno está ocorrendo novamente no momento atual sob pressão imperialista³. As revoluções populares que foram alcançadas com sucesso no Sul Global às vezes conseguiram desafiar esse legado. China (Herrera e Long, 2019 e 20114) e Vietnã (Tran,

² Ver Marx (1881, 1973 e 1976).

³ Lênin (1965). Ver, em particular: "Proletariat and Peasantry" e "The 'Peasant Reform' and the Proletarian-Peasant Revolution"), disponíveis em *Marxist Internet Archives* : www.marxists.org/archive/lenin/works/.

2021), ou Cuba Herrera, 2025) na América Latina, representam exemplos do sucesso de um sistema de terras baseado nos direitos de todos os camponeses. Esses direitos são exercidos dentro da aldeia em ambos os países asiáticos. Mas em todos os três casos, essa configuração, resultante das revoluções socialistas, corresponde à igualdade tanto no acesso quanto no uso da terra. O Estado é o único proprietário, e uma distribuição igualitária da terra é feita entre as famílias camponesas. Amin examina, assim, os desenvolvimentos desse sistema baseado na supressão da propriedade privada, até os dias atuais, bem como sua capacidade de resistir às erosões que sofre ou corre o risco de sofrer.

Em outros lugares, as reformas agrárias postas em prática por vários blocos hegemônicos não revolucionários geralmente desapropriaram apenas os grandes proprietários de terras em benefício dos camponeses médios (ou mesmo bastante ricos), ignorando os interesses dos mais pobres. Novas ondas de reformas agrárias são agora essenciais para atender às reivindicações legítimas dos camponeses pobres e sem-terra, inclusive na Índia e no Sudeste Asiático, no Quênia e na África do Sul, em todos os países árabes ou muçulmanos, e em quase toda a América Latina – começando pelo Brasil. Isto é verdade mesmo para muitas outras regiões do Sul Global onde os direitos de propriedade privada capitalista ainda não penetraram profundamente (ou formalmente), como na África intertropical.

Isso poderia ser alcançado ampliando a definição de propriedade pública para incluir a terra, bem como democratizando o Estado e reduzindo a desigualdade. Entretanto, o sucesso dessas reformas agrárias permanece incerto, pois tais redistribuições mantêm sistemas fundiários guiados pelo princípio da propriedade e até reforçam a adesão à propriedade privada. No discurso dominante, atendendo aos interesses do capital e do seu modelo agroindustrial, uma “reforma moderna” do sistema fundiário consiste na privatização, o que é exatamente o oposto do que se propõem os desafios da construção de uma agricultura democrática e alternativa, baseada em economias familiares camponesas prósperas, o aprofundamento do progresso social e o respeito pela natureza. Portanto, o único obstáculo à rápida tendência à mercantilização e à apropriação privada da propriedade fundiária é a resistência e a organização de suas vítimas: os camponeses (Amin, 2005), incluindo mulheres agricultoras (Si e Lau, 2020).

América latina

Integrante da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seu fundador, João Pedro Stedile estuda as formas e tendências da penetração do grande capital no setor agrícola nos países do continente latino-americano, especialmente no Brasil, bem como os desafios atualmente colocados aos movimentos camponeses e seus programas, particularmente a Via Campesina. Começa analisando os mecanismos pelos quais o capital acumulado fora da agricultura assumiu o controle deste setor e se concentrou em escala mundial na atual fase do capitalismo financeirizado (Stedile, 2017).

Ele explica como, devido à crise atual, as corporações transnacionais do Norte fugiram para países periféricos para fazer prosperar seu capital volátil investindo em ativos fixos,



como terras, minerais, matérias-primas, água, florestas e áreas de biodiversidade ou agricultura tropical, e aproveitando fontes de energia renováveis, em particular para a produção de agrocombustíveis. Isso gerou operações especulativas nos mercados de futuros e um aumento nos preços dos produtos agrícolas negociados nas bolsas mundiais, sem a menor correlação com os custos de produção e o valor real do tempo de trabalho socialmente necessário.

Stedile analisa, então, as consequências da aplicação da propriedade privada dos recursos naturais por corporações transnacionais sobre a vida e a organização das famílias camponesas, quando povos e Estados perdem paralelamente sua soberania sobre os alimentos e sobre os processos produtivos. O “modelo” totalmente destrutivo imposto pelo capital à agricultura, nesse caso o do agrobusiness ou agronegócio, isto é, de “uma agricultura sem gente”, tende a provocar contradições extremamente profundas e intransponíveis.

Para apoiar seu argumento, Stedile defende o que poderiam ser os principais componentes de um programa camponês que promova o controle dos trabalhadores, as agriculturas anticapitalistas, a soberania alimentar e a proteção ambiental no Sul global. Os principais eixos dessa plataforma alternativa seriam: priorizar as políticas de soberania alimentar e de alimentação saudável; impedir a concentração da propriedade privada de terras e recursos naturais; diversificar a produção agrícola; aumentar a produtividade do trabalho e da terra usando máquinas e insumos ecologicamente corretos; reestruturar as indústrias agrícolas em pequenas e médias empresas, geridas por trabalhadores e camponeses; controlar a produção de alimentos pelas forças sociais nacionais e proibir o capital estrangeiro de possuir terras em território nacional; parar o desmatamento; preservar sementes indígenas melhoradas e impedir a disseminação de sementes geneticamente modificadas (OGM); garantir o acesso à água como um direito a um bem comum para todos os cidadãos e desenvolver infraestruturas para as comunidades rurais; implementar a soberania energética e rever os atuais esquemas de transporte sob controle popular; garantir os direitos das comunidades indígenas; promover políticas públicas com vocação social para a agricultura; universalizar a proteção social para toda a população; generalizar os programas educacionais em áreas rurais e fortalecer o conhecimento e as habilidades culturais localmente; pôr fim aos acordos internacionais de livre comércio cujos efeitos são prejudiciais aos povos; incentivar relações sociais baseadas em valores humanos comprovados há milênios, como a solidariedade e a igualdade – os próprios valores do socialismo...

Stedile apresenta uma série de desafios organizacionais e políticos que os movimentos camponeses enfrentam hoje, tanto a nível local como global, para enfrentar o atual equilíbrio de poder que é claramente desvantajoso para eles, com o capital globalizado cada vez mais na ofensiva para controlar a produção agrícola, bem como recursos naturais. Esta análise é resultado das realidades vividas na América Latina e também da resistência desses movimentos camponeses à destruição que o capitalismo lhes impõe. Por fim, ele propõe enfrentar os interesses do capital transnacional e seus mecanismos de controle de diferentes formas, entre elas: construindo um modelo alternativo e popular de desenvolvimento da produção agrícola que seria gerido por camponeses e trabalhadores; transformando a luta pela terra numa reivindicação de território; desenvolvendo uma matriz tecnológica baseada na agroecologia, escolas gratuitas no campo, programas de formação em todos os níveis e meios alternativos de comunicação



de massa; e criando oportunidades para lutas sociais de massa e construindo contra inimigos de classe alianças que reúnam todos os setores que vivem em áreas rurais, bem como trabalhadores urbanos, nos níveis nacional e internacional.

África

Sam Moyo, que foi professor na Universidade do Zimbabué, diretor do African Institute for Agrarian Studies (Instituto Africano de Estudos Agrários) e presidente do Council for the Development of Social Science Research in Africa (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, CODESRIA), interessou-se pelo campesinato que sofreu com os ataques do sistema capitalista nos períodos colonial, pós-independência e neoliberal, concentrando-se mais especificamente na África Austral. Em seguida, ele examinou as perspectivas de reconstrução dessas comunidades camponesas, com base na reafirmação da inalienabilidade dos direitos à terra e da soberania alimentar coletiva. O seu ponto de partida é a situação desesperada da maioria dos pequenos agricultores africanos, mergulhados numa crise de reprodução social, atolados na insegurança alimentar e enfrentando rendimentos insuficientes das suas atividades agrícolas, bem como para construir estratégias de sobrevivência em resposta à retirada do Estado. Embora as agriculturas africanas apresentem uma grande diversidade, o seu fracasso persistente e generalizado em aumentar a produtividade e a oferta, mas também em resolver as questões agrárias de melhoria da reprodução social da maioria dos camponeses –concebidas como tantos elementos de democratização e desenvolvimento nacional– é óbvio e totalmente dramático.

Séculos de alienação sistemática das terras e exploração do trabalho desses camponeses - por meio da integração desigual no sistema mundial capitalista durante os períodos de colonização e pós-independência - resultaram no subdesenvolvimento dos sistemas agrários. Os programas de ajustamento estrutural (PAE) acentuaram os fenômenos de extroversão, extração de mais-valia, concentração de terras, importação de produtos alimentares e dependência de ajuda. Mais recentemente, um novo ataque de agentes estrangeiros desapropriou os camponeses de suas terras e tomou seus recursos naturais, intensificando ainda mais a exploração do trabalho camponês. Tais processos de acumulação comprometem não só o valor social da produção realizada pelo campesinato com base no trabalho familiar independente e no autoconsumo, mas também a capacidade desse campesinato de adotar novas tecnologias ou culturas a fim de desenvolver produções de baixa intensidade energética para reprodução social. Essas evoluções, impulsionadas pelo capital financeirizado e pelo agronegócio e que operam às custas dos camponeses marginalizados, agravam os conflitos locais e pioram a polarização da acumulação agrária (Moyo e Yeros, 2005).

Moyo apresenta uma visão geral da história de longo prazo da destruição dos sistemas de produção de alimentos africanos, analisando a trajetória da acumulação primitiva e a desarticulação dessas sociedades agrárias. Ele descreve as diferentes fases, formas e tendências de alienação de terras, desapropriação e incorporação de camponeses, do colonialismo ao neoliberalismo e sua acumulação primitiva reinstitucionalizada – passando pelo estágio do desenvolvimentismo, até a independência. Ele discute a crise atual ligada à grilagem de terras e à existência de “*contracted farmers*” ou fazendeiros

contratados. Ele então explica o subdesenvolvimento das forças produtivas agrárias, ilustrando o ponto com exemplos de países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community, SADC), mal integrada, e as mudanças qualitativas que ocorreram na extração de excedentes agrícolas e sua externalização por meio dos regimes comerciais desiguais do mundo ou regiões dele durante o período neoliberal. Nesse ponto, são consideradas as crises globais dos preços dos alimentos e da agricultura, particularmente na região da SADC, bem como a hegemonia do capital sul-africano. Moyo avalia as consequências sociais de tais processos no colapso do consumo alimentar básico e no aumento da pobreza que acompanha a subnutrição – exceto em alguns enclaves “seguros” – e nas estratégias “alternativas” mais recentes prosseguidas no contexto do neoliberalismo e seu impulso para a universalização da mercantilização da terra.

A verdadeira alternativa é aquela que apoia as prioridades dadas à soberania alimentar e ao uso sustentável dos recursos naturais por pequenos produtores autônomos, associados a uma democracia inclusiva firmemente estabelecida no progresso social. Isto requer uma série de decisões de políticas públicas destinadas a reestruturar estes sistemas alimentares, incluindo escolhas sobre quais os produtos a produzir para satisfazer as necessidades sociais, uma redistribuição dos meios de produção dos sectores alimentares (terras, insumos, água), investimentos substanciais em infraestrutura e no desenvolvimento de recursos humanos entre os camponeses. Esta tarefa também incluirá integrações regionais. É necessária uma reorientação das políticas agrícolas na região da SADC em direção a estratégias mais coletivas para defender a soberania alimentar e os direitos à terra, a fim de reverter a atual abordagem de livre comércio e de mercado para essa regionalização.

China

Sit Tsui, professora da Southwest University (Universidade do Sudoeste) em Chongqing, China, coordenadora da Global University for Sustainability (Universidade Global para a Sustentabilidade) e membro da Asian Regional Exchanges for New Alternatives (ARENA, ou Intercâmbios regionais asiáticos para novas alternativas), e Wong Erebus, professor da Universidade de Lingnan em Hong Kong, tentaram, em consonância com as teses do Professor Wen Tiejun (2009), repensar a problemática da China rural no desenvolvimento do país, a fim de argumentar a favor da regeneração rural como alternativa a uma “modernização” demasiado destrutiva. Esta última é frequentemente reduzida à industrialização e fortalecimento do Estado, perseguidos em diversas fases desde meados do século XIX até o período revolucionário. Parece relevante reconsiderar o legado intelectual do movimento de “reconstrução rural” – muito ativo nas décadas de 1920 e 1930, mas insuficientemente estudado hoje, segundo os autores – na China pós-desenvolvimentista, onde o setor rural tem sido historicamente explorado. Para entender a situação atual do campesinato chinês, que constitui a maioria da população, é necessário examinar os mecanismos envolvidos além da dicotomia coletivização-liberalização. A terra é uma questão fundamental para a China, que precisa alimentar um povo que representa 19% da população mundial, com apenas 8% das terras aráveis do planeta. De fato, embora sua produção agrícola seja importante, apenas 13% da superfície total de seu território pode ser cultivada. A explicação está no fato de que

a terra é mantida coletivamente pelas comunidades rurais de aldeias e distribuída entre as famílias camponesas, que a usam principalmente para a produção de alimentos, a fim de manter sua autossuficiência. Wong e Sit fornecem uma visão geral histórica da modernização da China para capturar a essência de sua trajetória nos últimos 60 anos. Depois de 1949, o novo regime passou por um período de industrialização ao estilo soviético, estabelecendo um sistema dual assimétrico e desfavorável ao campesinato. Entretanto, apesar da estratégia de industrialização, o campesinato se beneficiou de reformas agrárias radicais.

Hoje, muitos camponeses sofrem exploração e injustiça, mas algumas práticas socialistas residuais permanecem, especialmente o legado das reformas agrárias. Em meados da década de 1980, a promoção do crescimento orientado para a exportação gerou fluxos de trabalhadores migrantes das áreas rurais para as cidades –principalmente excedente de mão de obra de famílias rurais que possuíam um pequeno pedaço de terra, sem desapropriação de terras. O setor rural suportou o custo da reprodução social do trabalho e serviu como amortecedor para absorver os riscos sociais nas áreas urbanas causados pelas atuais “reformas” pró-capitalistas. Também demonstrou sua capacidade estabilizadora ao regular o mercado de trabalho e reabsorver trabalhadores migrantes desempregados nas cidades durante crises cíclicas (Wen, 2001).

No entanto, os intelectuais tradicionais do *mainstream* apoiam a ideologia neoliberal para defender a mercantilização da terra. Sob pressão de projetos de construção realizados por governos locais com orçamentos apertados e especuladores imobiliários, a expropriação de terras se acelerou na década de 1990. Cerca de 40 a 50 milhões de camponeses perderam suas terras; os sem-terra surgiram na década de 2000, especialmente após a lei de 2003 que alterou a legislação sobre terras aráveis coletivas e excluiu uma nova geração das alocações de terras por meio da redistribuição. Sit et al. (2021) explicam os perigos associados a tais evoluções, que minam os mecanismos de gestão de riscos por meio da internalização na comunidade rural, numa época em que 200 milhões de trabalhadores camponeses migrantes vivem em cidades e operam efetivamente dentro da classe trabalhadora. Portanto, inspirados pelo trabalho de Wen Tiejun sobre os problemas agrários e rurais da China (2021), eles defendem a propriedade coletiva da terra nas áreas rurais como o legado mais precioso da revolução de 1949.

A decolagem da China se baseia em grande parte na exploração de seu setor rural. Hoje, o modelo orientado para a exportação se tornou um caminho de tão grande dependência e os desequilíbrios internos são tão profundos que a China deve fazer grandes esforços para mudar sua trajetória de desenvolvimento para investir na sociedade rural, garantir o progresso social e proteger o meio ambiente. Soluções para um caminho alternativo poderiam ser a reativação e a revalorização do estatuto do campesinato, a redescoberta do pensamento pioneiro dos movimentos de reconstrução rural e o apoio às experiências de regeneração rural atualmente em desenvolvimento no país, como ideias renovadas e potentes, tanto populares como ecológicas, para superar os aspectos destrutivos do capitalismo globalizado contemporâneo.

Índia

Utsa Patnaik, professora do Centre for Economic Studies and Planning (Centro de Estudos Econômicos e Planejamento) da Universidade Jawaharlal Nehru, em Nova Déli, descreveu o contexto político-econômico das lutas camponesas para a segurança dos meios de subsistência e da terra na Índia (Patnaik, 2011). Ela começa por recordar que o campesinato e os trabalhadores rurais do Sul Global estão hoje sujeitos a pressões sem precedentes na história devido aos ataques do capital, em particular aos meios de garantir a sua subsistência, e entre eles a terra, a fim de controlar o uso da terra para cumprir seus próprios objetivos e desviar terras agrícolas para fins não agrícolas. Tal movimento assemelha-se ao da acumulação primitiva na Europa Ocidental do século XVI ao século XIX, mas hoje o campesinato do Sul não tem para onde migrar, exceto para as favelas das megacidades. Os camponeses estão agora passando da resistência passiva para a contestação ativa da dominação do capital globalizado, o que os transforma de objetos em sujeitos da história.

Ela examina o sofrimento e a miséria agrária, os suicídios e o desemprego na Índia e argumenta que a desigualdade aumentou dramaticamente desde a década de 1990, sob o efeito de políticas neoliberais, e que as condições de vida das massas de trabalhadores pobres são agora geralmente piores – exceto onde intervenções positivas ocorreram com o objetivo de garantir e estabilizar os meios de subsistência. Na Índia rural, essa situação é resultado de tentativas de empresas nacionais ou estrangeiras, apoiadas pelo Estado nacional, de assumir o controle das terras e recursos dos camponeses. Ao mesmo tempo, o desemprego deve-se em parte à incapacidade de traduzir um crescimento econômico mais forte em criação de emprego sem redistribuição de rendimentos, enquanto o poder de compra foi corroído pela inflação dos preços dos bens de necessidades básicas para as pessoas comuns do povo, esquecidas pela estratégia de submissão ao capital financeiro aplicado pelas classes dominantes.

A autora salienta que a principal tendência observada na economia indiana – onde dois terços da força de trabalho está envolvida na agricultura – é que a participação relativa da agricultura, silvicultura e pesca no produto interno bruto (PIB) diminuiu, particularmente para culturas como grãos alimentícios, enquanto a da indústria estagnou, mas a dos serviços aumentou. Num contexto de abertura comercial, de contração do orçamento, de desmantelamento do sistema de estabilização de preços e de aquisição de terras para zonas econômicas especiais, o Estado lançou um ataque aos pequenos agricultores, em nome do “desenvolvimento”, mas na realidade em benefício de uma pequena minoria de especuladores imobiliários, provocando assim uma crise agrária que se intensifica e leva à luta pela terra.

Como resultado, muitos pequenos produtores foram expostos a fortes flutuações de preços, forçados a se endividar com bancos ou agiotas, desapropriados de suas terras devido a dívidas não pagas, ou levados ao suicídio. Com a implementação da agenda neoliberal, a concentração da propriedade da terra acelerou em toda a Índia e a insegurança nos meios de subsistência se espalhou. A agricultura tornou-se, portanto, inviável. Patnaik analisa a resistência atual dos agricultores à aquisição de terras ou à mudança no uso da terra, especialmente sob a pressão de atividades extrativas. Ela descreve a repressão sofrida por essas rebeliões camponesas, mas também as vitórias



conquistadas quando os governos dos Estados da União tiveram que retirar seus projetos ou conceder indenizações.

Patnaik também lembra as características econômicas da terra, que não é produzida pelo trabalho humano, e as implicações que isso tem em seu preço, que é diferente daquele das matérias-primas agrícolas, já que os preços são ancorados nas quantidades de trabalho usadas para produzi-las. Com base na capitalização mercantil da renda gerada, o preço da terra, conforme determinado em um sistema capitalista, pode, portanto, variar consideravelmente, em particular dependendo do uso dessa terra e do rendimento esperado. É aqui que reside a raiz do descontentamento dos agricultores, obrigados (e enganados) pelos governos dos Estado a vender as suas terras a preços baixos, ou seja, com indenizações muito inferiores aos lucros obtidos pelos investidores privados ou especuladores, que repartem as parcelas para lucro. Uma das consequências negativas, entre outras, é que a área total cultivada fica estagnada e o crescimento da produção desacelera, levando à inflação nos preços dos alimentos e à contração da demanda. O autor afirma, finalmente, que pensar – como os líderes das empresas transnacionais indianas que agem em conluio com o Estado – que os camponeses podem ser tratados como tolos é um erro, porque estes últimos agora estão cientes de seus direitos e conseguem resistir vigorosamente à sua exploração (Patnaik, 2011).

Oceânia

Rémy Herrera e Poëura Tetoë (que se formou como antropólogo e economista na École des hautes études en sciences sociales [Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais] e na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, e agora é professor no Ministério da Educação da Polinésia Francesa), estudaram a Oceânia, mais precisamente Papua Nova Guiné. Eles tentam elucidar o “paradoxo Papua Niugini”, ou seja, a impressionante coexistência de um sistema de propriedade da terra supostamente “arcaico” (isto é, não baseado na propriedade privada) –como na maioria dos países da Oceania– e a vivacidade das resistências camponesas ao capitalismo neoliberal, em particular à penetração do investimento direto estrangeiro em minas, hidrocarbonetos e recursos naturais, incluindo água e florestas. O acesso à terra é um verdadeiro desafio real neste país onde uma grande maioria da população ainda pratica culturas de subsistência para autoconsumo, onde as regras consuetudinárias persistem em mais de 90% dos solos do território e onde a utilização da terra é fonte de graves conflitos entre corporações transnacionais, o Estado e a sociedade.

O apego desse povo da Papua Nova Guiné à terra é examinado mais especificamente. A colonização europeia integrou os povos indígenas ao capitalismo globalizado, transformando a maioria deles em pequenos agricultores e tornando-os dependentes das empresas de plantações coloniais. Apesar dessa tendência, uma característica atual dessa sociedade camponesa é a persistência de instituições tradicionais de defesa da propriedade coletiva da terra. Esta ligação extremamente poderosa à terra, às práticas fundiárias costumeiras e às formas de propriedade coletiva do solo são assim analisadas, num contexto em que a terra continua a ser objeto da cobiça dos interesses privados e onde se exerce uma pressão permanente para que seja registrada e privatizado. A posição do Estado continua ambivalente, face à pressão dos investidores estrangeiros e dos

doadores internacionais, a tal ponto que a persistência do domínio das formas tradicionais de organização social coletiva na estrutura invulgar do regime fundiário não impediu o aumento nas exportações de minerais, hidrocarbonetos e até mesmo produtos agrícolas de renda comercial destinados ao agronegócio. O papel protetor do Estado sobre o uso costumeiro da terra só se mostrou eficaz onde interesses privados não estavam envolvidos e nenhum recurso natural foi descoberto. Em outros lugares, o Estado confiscou as terras para vender a exploração de todos os seus recursos. O acesso aos recursos naturais e a sua exploração por corporações transnacionais estrangeiras foi conseguido com o apoio do Estado da Papua-Nova Guiné, que vincula este processo de apropriação de terras a anteriores estruturas ancestrais de propriedade coletiva da terra, sem ter introduzido (ou melhor, conseguido introduzir) mercados fundiários “livres”.

Embora a lógica capitalista da “ideologia da propriedade fundiária” tenha ganhado força e muitos camponeses estivessem receptivos à compensação monetária, as estruturas sociais, em vez de entrarem em colapso, conseguiram se adaptar a ela. De fato, as autoridades da Papua Nova Guiné, apesar da pressão muito forte que exercem em favor da individualização da propriedade da terra, ainda não conseguiram questionar a propriedade fundiária coletiva costumeira da terra. A razão fundamental para esse estado de coisas pode ser encontrada na resistência popular dessa sociedade camponesa contra a privatização da terra, a imposição de um registro de imóveis moderno e sua gestão por leis capitalistas.

Herrera e Tetoe também traçam a história do registo de terras consuetudinárias e do estabelecimento de sistemas cadastrais capitalistas, desde a era do domínio colonial australiano até os componentes chamados de “reforma agrária” dos PAE do FMI, impostos conjuntamente por doadores estrangeiros e pelo Estado de Papua Nova Guiné. Os autores afirmam a legitimidade das mobilizações populares que reúnem amplos setores da sociedade (às vezes incluindo soldados) contra a privatização de terras consuetudinárias, consideradas patrimônio comum, e de suas reivindicações por progresso social em um dos países com os mais baixos indicadores sociais do mundo.

O que se defende é a legitimidade do princípio da propriedade coletiva da terra e do livre acesso à terra para as comunidades camponesas; o que se demonstra é a possibilidade de outras regras de uso do solo e do subsolo; o que se recomenda é a manutenção da existência de uma agricultura camponesa não capitalista; o que é exigido é respeito pela natureza e pela vida. Muitas restrições obliteram as lutas de um povo que aspira controlar seu destino coletivo. O governo tem pouca margem de manobra. Mas precisamos encontrar uma alternativa prática ao neoliberalismo, mas também as condições para o surgimento de uma aliança de classes a ser construída em torno do campesinato para considerar os contornos de uma estratégia de desenvolvimento moderna que beneficie toda a população.

Diante do domínio do capital financeiro

Todos os colaboradores do trabalho coletivo coordenado pelos autores deste artigo, independentemente do continente ou país que estudam, ressaltam o fracasso geral do capitalismo em resolver as questões agrárias e agrícolas. A deterioração da situação da



agricultura camponesa observada na sequência da exacerbação da dimensão alimentar da atual crise sistêmica do capitalismo confirma mais uma vez a incapacidade estrutural de um tal sistema para dar soluções reais às contradições internas que gera desde as suas origens, não apenas a nível local, nacional e regional, mas também a nível global.

Sob o domínio do capital, mesmo nos países mais ricos do Norte, onde a produtividade é muito elevada graças ao progresso tecnológico e onde o abastecimento alimentar está garantido para a maior parte da população, os problemas que a maioria dos agricultores familiares enfrentam para conservar suas pequenas propriedades, manter suas atividades produtivas ou mesmo trabalhar em condições relativamente satisfatórias, mas também as dificuldades encontradas pelos consumidores em controlar tanto a variedade como a qualidade de seus alimentos, sem esquecer, é claro, os gigantescos desafios que se colocam a todos os cidadãos para preservar os recursos naturais e proteger o meio ambiente, estão agora realmente além dos limites do que é suportável.

A equipe de coordenação europeia da Via Campesina (ou “via camponesa”, um movimento altermundialista de solidariedade internacional que reúne organizações de pequenos camponeses, trabalhadores agrícolas e comunidades indígenas) examinou as dificuldades da agricultura na Europa, diversa em suas produções e estruturas, bem como as lutas dos camponeses deste continente. A maioria desses agricultores tem renda inferior ao salário-mínimo de outras categorias profissionais e vive sob a pressão de repetidas crises setoriais devidas às políticas neoliberais e ao risco de desaparecimento de suas pequenas ou médias propriedades. Enquanto o trabalho agrícola é pouco reconhecido e o meio ambiente é ameaçado de forma dramaticamente preocupante e urgente, os subsídios destinados a compensar preços muitas vezes inferiores aos custos de produção beneficiam principalmente uma minoria de grandes produtores agroindustriais e impõem dumping aos países do Sul Global. Neste contexto, o confronto não deve ser organizado entre o Norte e o Sul global, mas entre duas visões de agricultura: a da liberalização agrícola versus a da soberania alimentar. Temos de demonstrar que uma Europa sem agricultores não seria garantia de desenvolvimento. As coisas só mudarão se os agricultores e os cidadãos europeus agirem juntos, e o fizerem em solidariedade aos movimentos camponeses do Sul Global, com o objetivo de libertar suas respectivas sociedades da submissão às corporações transnacionais do agrobusiness e às altas finanças que as controlam.

A coordenação europeia da Via Campesina expõe os problemas comuns enfrentados, apesar de sua diversidade, pelos camponeses diante da industrialização e da globalização capitalista: produtivismo, desaparecimento de pequenas explorações agrícolas, assalto do agrobusiness à agricultura camponesa, superendividamento, deslocalização da produção agrícola, monoculturas, disseminação de organismos geneticamente modificados (OGM), poluição e contaminação, destruição de ecossistemas e biodiversidade, etc. Diante da inércia ou complacência das organizações profissionais que, na verdade, defendem os interesses das potências econômicas dominantes, os agricultores europeus começaram a endurecer sua resistência. A Via Campesina analisa a evolução dessas lutas, que culminam na emergência de um movimento camponês europeu, ligado à sociedade civil e aos movimentos internacionais, para propor alternativas, lutas que vão desde o nível local até ao nacional e global: contra a concentração de terras pelo agronegócio, a introdução de OGM, a apropriação de



sementes por empresas industriais de sementes, ou mesmo as políticas neoliberais e as regras promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os colaboradores europeus da Via Campesina analisam as alternativas abertas pela crise global do sistema dominante. Segundo eles, as tarefas dos agricultores europeus deveriam ser: fazer da soberania alimentar, concebida como um direito e um dever, o quadro das políticas agrícolas; construir uma ampla aliança de cidadãos, produtores e consumidores, a fim de atingir este objetivo; promover o advento de um novo modelo agrícola que gere empregos, respeite o meio ambiente e proporcione alimentação saudável à população; trabalhar em prol da governança alimentar global; e participar ativamente das mobilizações internacionais em defesa da natureza, do clima e da biodiversidade ameaçados pelos acordos de livre comércio da OMC. No nível de base, as iniciativas populares que visam realocar a produção de alimentos estão se multiplicando hoje no continente europeu.

A equipe da Via Campesina conclui que outra política agrícola e alimentar europeia comum é possível, mas que isso requer várias mudanças profundas nas prioridades. Essas últimas deveriam esforçar-se por manter e desenvolver uma agricultura camponesa sustentável e social, que permita alimentar as populações, preservar a saúde, proteger a natureza e conservar vivas as paisagens rurais, mas também garantir aos camponeses condições de vida dignas, graças a um rendimento estável e satisfatório, bem como o reconhecimento e a atratividade da sua profissão; ou realocar o consumo de alimentos sempre que possível; e destinar a ajuda pública prioritariamente à produção que seja realmente benéfica em termos de criação de emprego e revitalização ambiental.

Nos países do Sul Global, onde os níveis médios de produtividade agrícola e mecanização são frequentemente mais baixos, as dificuldades são preocupantes. Hoje, quase metade dos países do Sul perdeu a capacidade de produzir e fornecer o que sua população demanda e precisa para se alimentar. No início da década de 1960, na época da independência, a África tomada como um todo era autossuficiente em seu suprimento de alimentos. Atualmente, tornou-se um importador líquido de produtos alimentícios. Cerca de três bilhões de pessoas subnutridas – a maioria camponeses pobres e/ou sem-terra – agora sofrem de fome, enquanto massas de famílias rurais que perderam seus lotes de terra não têm mais acesso à terra e aos meios de produção de alimentos. Na maioria das sociedades periféricas, o empobrecimento está a alastrar, e as condições de vida nas zonas rurais – bem como nas gigantescas favelas das megacidades assoladas pelo fluxo do êxodo rural – são bastante dramáticas, isto é, simplesmente desumanas e inaceitáveis.

O inimigo comum dos povos – onde quer que vivam (ou sobrevivam), trabalhem e resistam, tanto no Sul Global como no Norte – é claramente identificável: é o capital financeiro, que empurra estes povos cada vez mais para o endividamento e impõe a sobre-exploração neles. Apesar das muitas, multidimensionais e complexas contradições do sistema mundial, é precisamente a alta finança, cujas graves disfunções são, no entanto, gritantes, que lançou uma conquista moderna, caracterizada por repetidos ataques aos bens públicos e ao patrimônio comum da humanidade, através da mercantilização da vida, incluindo da terra e do meio ambiente, e através de um ataque aos meios de subsistência, bem como pela sobre-exploração do trabalho – dos camponeses e dos trabalhadores como um todo.

À medida que o capitalismo financeirizado se torna cada vez mais bárbaro e destrutivo do que nunca, um problema estrutural para a sobrevivência desse sistema em declínio é a pressão descendente sobre as taxas de lucro. A financeirização como resposta só cria uma economia baseada na dívida e tudo o que as frações dominantes das classes dominantes terão a oferecer, até a agonia de seu modelo, será um agravamento da exploração do trabalho e uma destruição da vida. Os camponeses do Sul Global continuarão a ser despojados de suas terras e meios de subsistência. Mas as contradições do sistema mundial capitalista são agora tão profundas e insolúveis que todo o sistema está à beira do colapso. Para reiniciar um ciclo de expansão no centro do sistema global, a atual crise estrutural teria de destruir enormes quantidades de capital fictício (Marques e Nakatani, 2009) e conseguir transferir os custos para o Sul Global – isto é dizer a maioria da população do planeta –, bem como sobre o meio ambiente.

A situação atual não parece o início de uma saída para a crise, mas sim o início de um longo processo de implosão e colapso da atual fase do capitalismo financeirizado. Para que a humanidade consiga sair desse impasse, uma mudança radical é nossa única esperança. Isso nos obriga a reconsiderar alternativas de transformação social que devem ir além do capitalismo.

As dificuldades são consideravelmente complicadas pela escolha feita pelos Estados do Sul Global chamado “emergente”, em particular pela maioria dos países BRICS, em favor do (ou de uma das muitas variantes do) capitalismo. Além de seu sucesso em termos de altas taxas de crescimento do produto interno bruto, e apesar de seus conteúdos e suas implicações muito diferentes, essas estratégias de desenvolvimento pró-capitalistas são ilusórias e insustentáveis.

A convergência das lutas camponesas hoje

Assim, para a grande maioria dos povos do Sul Global, bem como do Norte, a luta contra a deterioração das condições de vida e de trabalho é, ao mesmo tempo, a luta contra os processos de globalização das relações capitalistas levados a cabo sob a égide do capital financeiro, isto é, contra o próprio capitalismo. As reivindicações programáticas populares incluem, entre outras: a saída da agricultura da OMC, a proibição dos agrocombustíveis, a recusa do controle de tecnologias, preços e mercados por parte das agroindústrias transnacionais. Os pedidos dirigidos ao Estado para a defesa da soberania alimentar nacional são legítimos e indispensáveis. É preciso reconhecer, no entanto, que na era da hegemonia do capital financeiro, o papel do Estado fica, na maioria das vezes, comprometido. O capital globalizado uniu blocos de interesses em níveis local, nacional e internacional. Portanto, exercer pressão coletiva por políticas críticas contra a agressão e a manipulação do agrobusiness transnacional é um passo estratégico necessário para a mobilização. Como a razão de ser de um Estado seria proteger a sociedade, tanto os trabalhadores quanto os movimentos sociais devem saber ativar todas as potencialidades para reduzir sua dependência do capital, da dívida e do mercado. Tudo isso é ainda mais necessário para as forças que apoiam a agricultura camponesa e familiar. O princípio orientador é o controle e a gestão comunitária da terra e da água como bens comuns, que não devem ser privatizados ou mercantilizados. A reforma agrária que visa redistribuir a terra para aqueles que a cultivam é uma prioridade na maioria dos países do Sul e Sudeste Asiático, África e América Latina. A luta não é apenas

pela “terra”, mas também pelo “território”, o que envolve uma reorganização cultural, social e econômica dentro das relações comunitárias para produzir e viver cooperativamente ou coletivamente. Isso requer que os bens comuns não sejam objetos de apropriação ou controle que sempre operam dentro da lógica capitalista, mas pontos focais que sustentam relações diferentes dos membros da comunidade entre si e com a natureza.

A soberania alimentar continua no centro das lutas. Para conseguir isso, é necessário implementar um modo de produção diferente do capitalismo. Ela até desafia as fronteiras nacionais, já que a produção, a distribuição e o consumo sustentáveis de alimentos são baseados em biorregiões e sistemas de bacias hidrográficas, e não nas fronteiras políticas dos Estados-nação modernos. O que também está sendo questionado é o modo de consumo e circulação, com seus efeitos destrutivos sobre a natureza e os sistemas de valores de comunidades que adquiriram ao longo dos séculos a sabedoria de viver de forma sustentável. Uma ideia importante aqui é a prática de compartilhar além de medidas monetárias que reduzem as relações sociais a cálculos de ganhos e perdas, custos e benefícios. As lutas e reivindicações dos povos mostram que, nas trocas entre as pessoas, é preciso considerar outras modalidades que não as das relações capitalistas. Eles também demonstram a importância da dimensão ecológica ao reconhecer que a actual crise capitalista é simultaneamente, e fundamentalmente, uma crise ecológica muito profunda causada pelas indústrias extrativas que estão a esgotar os recursos da Terra e a contaminar a água, a terra e o ar, pelas industrializações que contribuem para a mudança climática e o aquecimento global, e por sistemas hiper capitalísticas de produção e fornecimento de alimentos que continuam dependentes do petróleo.

Portanto, estratégias eficazes devem ser desenvolvidas para reduzir o atual domínio do capitalismo financeirizado, desde o estabelecimento do controle estatal sobre os mercados financeiros até a proteção de alimentos e meios de subsistência contra a especulação sobre seus preços e a manipulação do mercado. Para os movimentos sociais, a tarefa principal é atuar em defesa da soberania alimentar em nível nacional e local. No terreno, a auto-organização das forças progressistas com vista a estabelecer como prioridades tanto a soberania alimentar como a segurança ambiental, contrariando as ambições predatórias do capital financeiro, exige ações diretas e inovadoras nas suas dimensões teórica e prática, intelectual e emocional, para contornar os perigos do capitalismo. Portanto, só podemos ficar encantados com a multiplicação e o aprofundamento dos debates no seio dos movimentos sociais sobre a defesa dos bens comuns, a reruralização, a reconstrução das comunidades, pondo em prática, no campo, mas também nas cidades, princípios diferentes daqueles do sistema capitalista – e em particular valores de reciprocidade e comunidade.

A única maneira de superar a crise catastrófica em que a humanidade se encontra é repensar completamente os modos de produção e consumo das sociedades humanas. Sem soberania alimentar, ou seja, sem autogestão comunitária autônoma da produção, distribuição e consumo de alimentos, não se pode alcançar uma economia sustentável e diversificada, nem qualquer autonomia política nesta área. Sem reverter a lógica da maximização do lucro e da concentração da propriedade privada, particularmente da terra e dos principais meios de produção estratégicos, nenhuma política ou medida estatal será coerente e, muito menos, eficaz. Sem questionar radicalmente a hiperconcentração de poder atualmente detida pelas altas finanças, não pode existir

democracia autêntica, isto é, associada simultaneamente ao progresso social profundo e à máxima participação do povo, em todos os processos de tomada de decisões relativos a seu futuro coletivo.

Uma das questões-chave que se coloca para nós é a da subjetividade e do ímpeto para a ação, isto é, a questão da produção de subjetividades pelos próprios povos em suas lutas, indo além das contradições que os cercam. Como então podemos abordar as classes e as massas para esta transformação social radical – ou para esta revolução? Que papel os agricultores familiares, os pequenos agricultores e os trabalhadores agrícolas podem desempenhar? É bem sabido que muitos movimentos progressistas e pensadores de esquerda historicamente tiveram sérias dificuldades ideológicas em entender o campesinato e os problemas políticos quando se tratava de construir alianças de classe com eles. Ontem como hoje, a agricultura camponesa e familiar é por vezes percebida e rotulada como subprodutiva, ineficiente, atrasada e, em última análise, condenada a desaparecer no próprio movimento do “desenvolvimento”. A “modernização” é frequentemente concebida como (e reduzida a) industrialização ou, mais recentemente, a uma extensão de serviços, ou seja, como antagônica à manutenção de uma agricultura familiar de pequena ou média dimensão, orientada para a autossuficiência e para a procura local.

Como resultado disto, infelizmente, o caráter anticapitalista da agricultura familiar é esquecido e, portanto, também subestimado seu potencial de transformação estrutural das sociedades e economias em que vivemos. Nos movimentos sociais ou organizações operárias, muitos teóricos ou ativistas de esquerda ainda consideram os camponeses como “resíduos” de tempos passados, defensores de interesses corporativos ou setoriais, e não os consideram como combatentes para objetivos comuns e convergentes com os de outros trabalhadores e cidadãos. Para que isto mude, é necessário adotar uma abordagem radicalmente crítica à modernização, onde a urbanização e a industrialização foram apresentadas como sinónimos de progresso e desenvolvimento, onde a violência colonial e imperialista foi escondida ou minimizada (ou mesmo justificada), e onde os racismos foram introduzidos para encobrir massacres e esconder saques. Paralelamente, por meio de uma exploração antropocêntrica da natureza, o que antes constituía bens comuns é confiscado dos usuários, especialmente dos produtores de alimentos em áreas rurais ou comunidades indígenas.

Neste ataque predatório aos bens comuns, a produção, em vez de reproduzir e melhorar a vida das populações, é posta em movimento para a acumulação de capital – isto é, dinheiro buscando exercer controle sobre a força de trabalho e procurando assumir o controle de todos os aspectos da vida social através de mecanismos de privatização. Assim, os processos de globalização das relações capitalistas podem ser vistos, de certa forma, como a propagação de células cancerígenas atravessando toda a vida social. A exploração se dá pela subsunção de todas as formas de trabalho na máquina de valorização que produz valores através da dominação das fantasias e dos desejos com um suprimento transbordante de vestimentas monetárias, símbolos de riqueza e bem-estar que são na verdade as ferramentas da exploração da vida.

A luta pela recuperação dos bens comuns consiste, portanto, em afirmar o direito a uma vida autônoma e à autogestão para a maioria dos indivíduos e povos no espectro mundial. Diante da difícil tarefa de compensar os danos quase irreversíveis causados à

própria existência da Terra como habitat para humanos e outras espécies vivas pelo aquecimento global, pelas mudanças climáticas e pelos chamados desastres “antropogênicos” (como com os desastres nucleares (Lau e He, 2019 e Sit e Lau (2024))), os agricultores, ao lado dos trabalhadores industriais e de serviços e dos mais diversos movimentos sociais, são de fato os protagonistas e atores da transformação. Trata-se de encontrar as condições para uma convergência de lutas em todas as frentes de classe, construindo apoios interdependentes e mútuos, bem como aprendendo uns com os outros para fortalecer nossas capacidades vitais de autonomia e autogestão.

O acesso à terra e a outros recursos naturais essenciais à reprodução da vida, como os bens comuns, constitui um direito legítimo de todos os camponeses, mas também dos trabalhadores e cidadãos. Se a soberania alimentar deve salvaguardar vários modos de autogestão coletiva autônoma, então é necessário aceitar a continuação da agricultura familiar ao longo do futuro previsível do século XXI. Para esperar resolver as questões agrárias e agrícolas, será obrigatório nos libertarmos da lógica destrutiva que caracteriza o capitalismo contemporâneo, colocado sob o comando das altas finanças. Se as regras de dominação imperialista atualmente em vigor no comércio internacional forem alteradas, nós, camponeses, trabalhadores e povos do Norte e do Sul, devemos unir-nos e enfrentar juntos o nosso inimigo comum – o capital financeiro, assistido pelos seus aliados locais – para reabrir perspectivas viáveis, reconstruir estratégias alternativas e participar do longo e árduo caminho das transições socialistas.

Este artigo é dedicado aos problemas encontrados pela agricultura familiar no Sul (e no Norte) na atual era neoliberal e ao renascimento das lutas camponesas por sua emancipação social e seus direitos legítimos de acesso à terra e à alimentação. Tais lutas dizem respeito, obviamente, a todas as categorias de trabalhadores e ao povo como um todo, porque o que está em jogo é o desafio de alcançar a soberania alimentar e construir as nossas sociedades, a nível local, nacional e global, com base nos princípios da justiça social, igualdade e democracia real.

Referências

- AMANOR, K. e S. MOYO (dir.) (2008), *Land and Sustainable Development in Africa*, Zed Books, Londres e Nova Iorque.
- AMIN, S. (dir.) (2005), *Les Luttres paysannes et ouvrières face aux défis du XXI^e siècle*, Les Indes Savantes, Paris.
- ARRIGHI, G. e SAUL, J. (dir.) (1973), *Essays on the Political Economy of Africa*, Monthly Review Press, Nova Iorque.
- CECEÑA, A. (2004), “Geographies of the Zapatista Uprising”, *Antipode*, vol. 36, n° 3, p. 391-399.
- CHAYANOV, A. (1986), *The Theory of Peasant Economy*, Manchester University Press, Manchester.
- COTULA, L., Vermeulen, S., Leonard, R., e Keeley, J. (2009), *Land Grab or Development? Agricultural Investments and International Land Deals in Africa*, n° 1069, IIED / FAO / IFAD, Londres e Roma.



- FRANK, A.G. (1969), *Latin America: Underdevelopment or Revolution*, Monthly Review Press, Nova Iorque.
- GEWERTZ, D. e ERRINGTON, F. (1999), *Emerging Class in Papua New Guinea: The Telling of Difference*, Cambridge University Press, Cambridge (Ma).
- GODELIER, M. (1982), *La Production des grands hommes - Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle Guinée*, Fayard, Paris.
- HERRERA, R. (2022a), *La Monnaie - Du Pouvoir de la finance à la souveraineté des peuples*, Éditions du Centre Europe - Tiers Monde, Genebra.
- (2022b), *Confronting Mainstream Economics for Overcoming Capitalism*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.
- (dir.) (2023), *Value, Money, Profit, and Capital Today*, Emerald, Londres.
- (2024), “Les Métamorphoses de la pensée de Marx sur la colonisation”, *Revue de Philosophie économique*, vol. 24, n° 2, p. 37-61, Paris.
- (2025), *A People’s History of Cuba: 1492-Present*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.
- HERRERA, R. e Lau, K.C. (dir.) (2015), *The Struggle for Food Sovereignty - Alternative Development and the Renewal of Peasant Societies Today*, Pluto Press, Londres. Livrement acessível a partir de 2020.
- HERRERA, R. e Long, Z. (2019), *A China é capitalista? Página a página*, Lisboa.
- (2024), *Dynamics of China’s Economy: Growth, Cycles and Crisis from 1949 to the Present Day*, Haymarket, Chicago.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. (2006), “Campesino-a-campesino”: *Voices from Latin America’s Farmer to Farmer Movement for Sustainable Agriculture*, Food First Book, Oakland.
- LAU, K.C. e HE, Z. (2019), “Eight years after: No end in sight for clearing the Fukushima Nuclear Disaster”, disponível em: <http://www.lau-kin-chi-and-he-zhixiong-fukushima-nuclear-accident-8-years-after.pdf>
- LÊNIN, V.I. (1965), *Collected Works*, Progress Publishers, Moscou.
- MAFEJE, A. (2003), *The Agrarian Question, Access to Land and Peasant Responses in Sub-Sahara Africa*, UNRISD Programme Papers on Civil Society and Social Movements, United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.
- MAMDANI, M. (1996), *Citizens and Subjects: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Princeton University Press, Princeton.
- MANJI, A. (2006), *The Politics of Land Reform in Africa: From Communal Tenure to Free Markets*, Zed Books, Londres e Nova Iorque.
- MARQUES, R.M. e NAKATANI, P. (2009), *O que é Capital fictício e sua crise*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- MARX, K. (1881), *First Draft of Letter to Vera Zasulich*, disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/03/zasulich1.htm>.
- (1973), *Grundrisse*, Penguin Books, Harmondsworth.
- (1976), *Capital: A Critique of Political Economy*, Penguin Books, Harmondsworth.

MAZOYER, M. e Roudart, L. (1997), *Histoire des agricultures du monde : du néolithique à la crise contemporaine*, Seuil, Paris.

MOYO, S. et Yeros, P. (2005), “The Resurgence of Rural Movements Under Neoliberalism”, in S. Moyo e P. Yeros (dir.), *Reclaiming the Land*, Zed Books, Londres.

NAGARAJ, K. (2008), *Farmers’ Suicides in India: Magnitudes, Trends and Spatial Patterns*, Preliminary Report, Madras Institute of Development Studies, Chennai, disponível em: www.macroscan.org.

NICHOLSON, P., MONTAGUT, X. e RULLI, J. (2012), *Terre et liberté ! À la conquête de la souveraineté alimentaire*, Centre Europe Tiers-Monde (CETIM), Genebra.

PATNAIK, P. (2011), *Re-envisioning Socialism*, Tulika Books, New Delhi.

STEDILE, J.P. (2007), *A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária*, Editora Expressão Popular, São Paulo.

SCOTT, J. (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, New Haven.

SIT, T. e LAU, K.C. (2020), “Building a Global Feminist Alliance for Peace in East Asia”, disponível em: [file:///C:/Downloads/Sit-Tsui-and-Lau-Kin-Chi-2020-Building-a-Global-Feminist-Alliance-for-Peace-in-East-Asia%20\(1\).pdf](file:///C:/Downloads/Sit-Tsui-and-Lau-Kin-Chi-2020-Building-a-Global-Feminist-Alliance-for-Peace-in-East-Asia%20(1).pdf).

– (2024), *Fukushima: A Monument to the Future of Nuclear Power*, Palgrave Macmillan, Singapore.

SHIVJI, I. (2009), *Where Is Uhuru? The Struggle for Democracy in Africa*, Fahamu Books, Oxford.

SIT, T., WONG, E., LAU, K.-C. e WEN, T. (2021), “Land Revolution and Local Governance: Socialist Transformation in China”, in R. Herrera (dir.), *Imperialism and Transitions to Socialism*, p. 123-140, Emerald, Londres.

TRAN, D.C. (2021), “Imperialism and Transition to Socialism in Vietnam”, *Research in Political Economy*, n° 36, p. 141-156, Londres.

VIA CAMPESINA (La) (2010), *La Situation des paysans européens et leurs luttes*, disponível em: <http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/openbooks/FR-02.pdf>.

VON BRAUN, J. e MEINZEN-DICK, R. (2009), *Land Grabbing by Foreign Investors in Developing Countries: Risks and Opportunities*, IFPRI Policy Brief n° 13, IFPRI, Washington, D.C.

WEN, T. (2001), “Centenary Reflections on the ‘Three Dimensional Problem’ of Rural China”, *Inter-Asia Cultural Studies*, vol. 2, n° 2, p. 287–295.

– (2009), *The “San Nong” Problem and Institutional Transition*, China Economic Press, Beijing.

– (2021), *Ten Crises: The Political Economy of China's Development (1949-2020)*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.